

Nação e narrativa em Pepetela

Nation and narrative in Pepetela

Dernival Venâncio Ramos*

Márcio Araújo de Melo**

Submetido em 30 de março de 2011 e aprovado em 3 de maio de 2011.

Resumo:

O artigo estuda a relação entre nação e narrativa literária em Angola a partir de três romances de Pepetela, *Mayombe*, *Lueji: o nascimento de um império*, e *A Geração da Utopia*. Para tanto, é enfocado como o autor discorre sobre os problemas que a sociedade angolana enfrentou no que diz respeito à construção e implementação de um projeto de independência e consolidação de uma identidade nacional.

Palavras-chaves:

Nação. Literatura. Angola.

Abstract:

The article studies the relationship between nation and literary narrative in Angola from three novels by Pepetela, *Mayombe*, *Lueji: o nascimento de um império*, and *A Geração da Utopia*, for this purpose focusing on how the author discusses the problems Angolan society faced with regard to the conception and implementation of a project of independence and consolidation of an identity.

Keywords:

Nation. Literature. Angola.

* Doutor em História pela UNB, professor do Colegiado de História e do Programa de Pós-Graduação em Letras do Campus Universitário de Araguaína, Tocantins. Contato: dernivalramos@uft.edu.br.

** Doutor em Literatura Comparada pela UFMG, professor do Programa de Pós-Graduação em Letras do Campus Universitário de Araguaína, Tocantins. Contato: marciodemelo@uft.edu.br.

Introdução

Numa terra de muitas verdades, esta é tão verdadeira como as outras.¹

As mudanças no campo dos saberes disciplinares ocorridas nos últimos anos abriram novas perspectivas de pesquisas, aproximando ainda mais áreas que sempre foram fronteiriças, como a História e a Literatura. Se há momentos em que essa aproximação se colocou no nível da diferença e repulsão, há outros em que se deu no nível da igualdade, nos dois extremos da discussão. Assim, são bons exemplos desse longo debate a atenção dada à importância das narrativas literárias no processo de construção de nações e a aproximação, cada vez maior, de historiadores e teóricos da literatura do mesmo suporte bibliográfico. Por assim dizer, no Brasil, os trabalhos de Benjamin Abdala, Tânia Celestino Macedo, Rita de Cássia Natal Chaves e Maria Aparecida Santilli² – que utilizam fontes e textos historiográficos – têm sido referências indispensáveis para o historiador.

Essa fronteira disciplinar, sinuosa e oscilante, é o ponto primeiro deste artigo, que objetiva discutir a relação entre literatura e nação. Para tanto, por-se-á como enfoque inicial a localização e tentativa de superar o que se chamou de – ao longo do processo de descolonização e nascimento das nações africanas – tribalismo. Isso será feito a partir da leitura de três romances, *Mayombe*³, *Lueji: o nascimento de um Império*⁴ e *A geração da utopia*⁵, do escritor angolano Pepetela. Para tanto, parte-se da noção de tribalismo utilizada pelo autor, que a compreende como uma divisão étnica da população angola⁶, de modo geral.

Tais reflexões surgiram de dois enunciados de Kwame Antony Appiah⁷, em *Na casa de meu Pai*: o primeiro é que os movimentos independentistas vitoriosos em muitos países africanos herdaram “Estados sem nação”. Herdaram o aparato administrativo colonial, mas não uma

¹ PEPETELA. *Lueji: O nascimento de um império*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

² Pepetela é o pseudônimo de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos. Considerado como um dos mais importantes escritores angolanos e da língua portuguesa. Sua obra é vasta e já foi publicada em várias partes do mundo e traduzida para muitos idiomas.

³ PEPETELA. *Mayombe*. Luanda: Edições Maianga, 2004.

⁴ PEPETELA. *Lueji. op. cit.*

⁵ PEPETELA. *A geração da utopia*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.

⁶ Não se pode perder de vista a história do processo de etnização patrocinado, em várias regiões da África, pelos colonizadores europeus. Ver MUNANGA, Kabeguele. “Identidade Étnica, Poder e Direitos Humanos.” *THOT*. N. 80, São Paulo, 2004.

⁷ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

nação no sentido de uma comunidade de afetividade compartilhada pela totalidade de uma população⁸. Pelas palavras de Appiah se pode ler que:

A aparente simplicidade da administração colonial gerou nos herdeiros das nações pós-coloniais a ilusão de que o controle do Estado lhes permitiria, com a mesma facilidade, lograr seus objetivos muito mais ambiciosos. [...] Só que o domínio fora concebido para administrar objetivos restritos.⁹

Essa afirmação se enquadra perfeitamente ao caso de Angola, pois, do mesmo modo que vários países africanos, como Moçambique e Nigéria, depois das independências, as elites promotoras dos movimentos se viram envolvidas em sangrentas guerras civis. Perceberam rapidamente que a vitória sobre o colonizador foi o primeiro passo para a tão sonhada independência nacional, mas não frutificou numa nação coesa. Esse processo de construção de uma identidade nacional tem na literatura um dos pilares centrais na sua estruturação e sustentação.

Formar e educar são motes constantes que se entrelaçam nos textos literários dessas nações que anunciaram o fim da era colonial, por assim dizer. Para mais é um período em que a arma e a caneta convivem na mesma mão comungando os ideais de libertação das amarras colonialistas e as necessidades para a formação da Nação vindoura. A consciência de que a luta armada era apenas uma pequena etapa para formar a desejosa nação, faz com que a literatura seja também mais outra estratégia, como foram a guerra e a formação política.

Partindo do pressuposto de que a literatura é imprescindível nessa tentativa de construção e instauração de uma comunidade imaginada nacional na África pós-independência, chega-se ao segundo enunciado de Kwame Anthony Appiah¹⁰: o escritor africano está mais preocupado com uma cultura que com um “eu”, isto é, ele sempre trabalha com e por uma identidade coletiva. Legando “Estados sem nações”, as elites letradas que tomaram o Estado-colonial, depois das independências, logo perceberam que a nação pela qual lutaram era algo que precisava ser (re)começada, imaginada e instaurada.

Nesse sentido, este artigo se debruça sobre três romances do escritor angolano Pepetela que – não deixando de ser grandes obras ficcionais – trazem os traços de formação do que se chamava então homem novo – um homem que precisa ser educado socialmente para

⁸ A ideia de nação como comunidade imaginada ligada à de afetividade foi desenvolvida num nível teórico por ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁹ *Idem*, p. 230.

¹⁰ APPIAH, Kwame Anthony, *Op. cit* p.77 a 110.

a nação em construção e que precisa transpor as chamadas “tradições negativas”, como o tribalismo, tema esse recorrente na sua obra.

As lutas anticoloniais se intensificaram logo após a Segunda Guerra Mundial e, no caso de Angola, não foi diferente. O processo de descolonização política do continente africano teve início na década de 1950, com as independências da Líbia, em 1951, Sudão, Marrocos e Tunísia, em 1956, e Gana em 1957. As colônias portuguesas foram das últimas a alcançarem as independências políticas, em 1975. Isso, contudo, não significa que os movimentos de libertação se organizaram tardiamente.

Portugal ocupou a região costeira desde 1575, no entanto, apenas começa a interiorizar no contexto das Conferências de Bruxelas e, principalmente, da de Berlim, em 1875. Data desse momento, os projetos de unificar, sob o mando português, os territórios de Angola e de Moçambique, e que desencadeou sérios conflitos com os ingleses e o conhecido Ultimato Inglês de 1890¹¹.

As resistências, que se intensificaram a partir de 1945, foram responsáveis pela mudança do estatuto jurídico de Angola em 1951, que passou a ser uma província ultramarina, recebendo o nome de África Ocidental Portuguesa. Essa alteração foi encarada como uma artimanha retórica do Estado português, que dizia estar integrando, mas que mantinha as práticas que Perry Anderson¹² chamou de ultracolonialismo. Nesse contexto se dá, em 1956, um ano antes da Independência de Gana, a fundação do MPLA (Movimento para Libertação de Angola), por Agostinho Neto. A UPA (União para os Povos de Angola) – que se tornará depois a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) – começou a luta armada, na região norte do território, em 1961. Cinco anos depois, Jonas Malheiro Savimbi fundou a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).

Esses movimentos se lançaram na luta contra um Estado que, além de estar vivendo um regime ditatorial, tinha no colonialismo, como afirma Leila Hernandez¹³, um dos elementos centrais de sua identidade nacional, o que levou a uma demorada guerra colonial, que terminou apenas em 1975. É importante também colocar que o tribalismo, como etnização das populações locais pelas autoridades coloniais, é identificado

¹¹ FREUDENTHAL, Aida. “Voz de Angola em Tempo de Ultimato”. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 23, nº 1, 2001, p. 135-169. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eaal/v23n1/a06v23n1.pdf>. Acessado em 15.mar.2011.

¹² ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.

¹³ HERNANDEZ, L. L. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

pelos líderes desses movimentos como outro elemento que dificultou a organização das lutas anticoloniais, bem como um dos motes da luta pós-independência.

Nesse sentido, o MPLA construiu sua base entre os intelectuais mestiços e os Kimbundu, etnia majoritária em Angola, e, especialmente, estava localizado ao norte do território; a FNLA tinha como base os Bakongo, no centro do país, e apoio dos Estados Unidos e do Zaire; e, por último, a UNITA, que tinha maioria Ovimbundu, fazendo suas operações militares no leste de Angola. A luta anticolonial terminou apenas em 1975, quando os três movimentos proclamaram – ainda que se considere o MPLA como a voz principal – a independência de Angola.

Como se afirmou antes, grande parte dos países, que passara então pelo processo de independência nacional ao sul do Saara, se configurava como o que Appiah chamou de “Estado sem nação”. Ademais, a guerra civil que seguiu mostrou que a construção de uma nação seria um processo tão demorado e violento quanto a descolonização como mostra o caso angolano¹⁴. Neste sentido, superar as divisões étnicas foi algo fundamental para constituição da identidade nacional. Nesse contexto, a caneta se tornou arma e o escritor, personagem central na superação do “tribalismo” por um imaginário nacional.

Superar o tribalismo: Mayombe e Lueji: o nascimento de um império como narrativas nacionais

Escrito durante a participação como combatente do MPLA, *Mayombe* é, sem dúvida, um dos romances mais interessantes de Pepetela, não apenas pelas discussões sobre o processo de formação, luta e construção do Movimento de libertação, bem como de um modelo de nação, mas também pela forma como o autor narra sua história, já que ela é tecida por inúmeras vozes que se entrecruzam. Vozes essas que vão se posicionando frente à luta pela libertação das armas colonialistas e às rivalidades étnicas. De maneira que no texto aparecem as mais expressivas etnias – kikongo, ovimbundo, kimbundo – que compõem a população de Angola.

No interior da floresta Mayombe e das personagens, essas vozes e etnias se entrelaçam ao longo da história, como se pode ver pela narrativa do soldado. Teoria que, por ser mestiço, está duplamente deslocado. Ao longo do seu contar, procura o “talvez” como possibilidade: “Criança

¹⁴ Sobre as independências nas colônias africanas portuguesas ver: HERNANDEZ, Leila L. *op. cit.*

ainda, queria ser branco, para que os brancos não me chamassem negro. Homem, queria ser negro, para que os negros me não odiassem. Onde estou eu, então? [...] a minha vida é o esforço de mostrar a uns e a outros que há sempre lugar para o talvez”.¹⁵

A “continuidade” da história – conduzida agora pelo “narrador central” – é o diálogo entre o Comandante Sem Medo e o Comissário, em que tribalismo e poder são colocados como pontos nevrálgicos da descolonização.

O Comandante deu-lhe uma palmada no ombro.

– Tens de te habituar aos homens e não aos ideais. O cargo de Comissário é espinhoso, por isso mesmo. O curioso é que vocês, na vossa tribo, até esquecem que são da mesma tribo, quando há luta pelo posto.

– O que não quer dizer que não há tribalismo, infelizmente. Aliás, não me venhas dizer que com os kikongos não se passa o mesmo.

– Eu sou kikongo? Tu és kimbundo? Achas mesmo que sim?

– Nós, não. Nós pertencemos à minoria que já esqueceu que lado nasce o Sol na sua aldeia. Ou que a confunde com outras aldeias que conheceu. Mas a maioria, Comandante, a maioria?

– É o trabalho: mostrar tantas aldeias aos camaradas que eles se perderão se, um dia, voltarem à sua. A essa arte de desorientação se chama formação política.¹⁶

De início salienta-se que o diálogo se dá entre dois superiores que compartilham do mesmo desejo: a superação do tribalismo. Ademais, conseguem vislumbrar – ainda que não claramente – outra dificuldade: a luta pelo poder. Percebe-se que, para além da conversação das personagens, as narrativas se abrem para o diálogo em busca do “talvez”, que é resolvido pela “formação política”, que iguala todas as etnias e possibilitaria a construção de uma identidade meta-tribal, nacional, enfim.

Como se vê, a narrativa é conduzida por dois tipos de narradores: um central e os narradores-combatentes. Aquele planeja, organiza, determina, sobretudo, dialoga com as etnias; esses individualizam e tribalizam os discursos, por seu lado. Por assim dizer, a história aparece fendida em, pelo menos, dois modos de perceber a guerra contra o colonizador: a relação de desconfiança entre os soldados de diferentes origens étnicas e a necessidade de ultrapassar essas rivalidades. No entanto, apenas o leitor tem o privilégio da percepção do todo, visto que ele consegue adentrar ao pensamento dos combatentes por suas narrativas – que são estruturadas a partir da individualidade e afetividade étnica –,

¹⁵ PEPETELA. *Mayombe ... op. cit.* 16-17.

¹⁶ *Idem*, p. 19-20.

e a do narrador-central, que se aproximaria da versão oficial da liderança do MPLA.

Esse tribalismo surge, primeiro, como um dos problemas centrais da luta pela descolonização, visto que os soldados não se reconhecem como angolanos e, por isso mesmo, não reconhecem o colonizador como seu único inimigo. E segundo, na própria construção de um modelo de nação e de uma ideia de nacionalidade angolana. Por esse olhar, perceber-se que tomar o Estado não seria (e nem foi) suficiente; era preciso superar as chamadas tradições negativas, dentre elas o tribalismo. O romance cumpre sua função de inventar a nação em que a tribalização e o poder não se coloquem como um de seus entraves. Na pena do escritor-combatente pode ser lido que

- Os kimbundos atribuem os erros todos ao André, mas também a ti. São os kikongos mais em vista. Querem pois um conflito, de modo que eu tenha de me apoiar contra ti. Os kikongos, por seu lado, defendem o André e querem que tu te coloques como o líder militar kikongo que expulse os kimbundos do Comando. [...]
- O Das Operações está a trabalhar na sombra – disse o Comissário. – Toda tarde esteve em conferência com kimbundos, até mesmo com o Teoria... Chamou-o a sós!
- Ah, bom? O tribalismo nele é mais forte que o racismo? Não o pensava.
- Não é o tribalismo. É a ambição!¹⁷

Nota-se que o debate apresenta três questões complicadas para a construção de um projeto de nação: racismo¹⁸, tribalismo e ambição, de maneira que o romance deixa bem demarcado o lugar a ser transposto para a criação do homem novo. Quando escreve *Mayombe*, contudo, Pepetela acredita que a luta e a memória da luta contra a colonização poderia ser um dos elementos criadores do sentimento nacional. E dessa forma, a narrativa encaminha, assim como caminham os combatentes, para a superação desses entraves. Tal percepção parece ter sido também a de Frantz Fanon¹⁹ ao anunciar que as “lutas tribais apenas perpetuam velhos rancores ainda vivos na memória”. E mais: elas acabam por mascarar o objetivo maior que é a construção da nação, “como se o mergulhar no sangue fraterno permitisse não ver o obstáculo, remeter para mais tarde a opção todavia inevitável, a que desemboca a luta armada contra o colonialismo”.

Ainda é interessante expor que a escolha dos narradores-combatentes já preconiza a superação desejada, pois as vozes que dialogam

¹⁷ *Ibidem*, p. 120.

¹⁸ O soldado Teoria é mestiço.

¹⁹ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Lisboa: ULMEIRO, s/d, pp. 29-30.

e entrelaçam apontam para o “talvez” do mestiço Teoria, mesmo que seja para o privilegiado olhar do leitor. Ademais, ao final da história, durante um enfrentamento entre os combatentes do MPLA e os soldados portugueses, o tribalismo é superado simbolicamente. Os combatentes dão a vida para salvar a de outros, independentes das rivalidades étnicas existentes. Desse modo, o livro termina com uma espécie de ritual que instaura o fim do tribalismo através da luta contra o colonizador. Abre-se como possibilidade de leitura, por essa perspectiva, outro catalizador da experiência que não seja as afinidades tribais, pois a morte do kikongo Sem Medo para salvar um kimbundo cria, nos demais combatentes, a consciência da necessidade de se estabelecer o princípio da nacionalidade como elemento da experiência comum. Sob seu cadáver se cria uma espécie de pacto nacional entre as personagens “representantes” das várias “etnias” que vivem no território angolano e que lutavam nas filas do Movimento para Libertação de Angola. A narrativa não vacila na afirmativa, não deixa escapar o momento do sacrifício individual de Sem Medo para o coletivo:

Puseram os corpos do Comandante e de Lutamos no buraco e taparam-nos. O Comissário não falou, como lhe competia. Não haveria oração fúnebre. Ekuikui chorava silenciosamente. Verdade também.

Chefe de Operações disse:

– Lutamos, que era cabinda²⁰, morreu para salvar um kimbundo. Sem Medo, que era kikongo, morreu para salvar um kimbundo. É uma grande lição para nós, camaradas.²¹

Por outro lado, vale observar que o livro foi publicado depois da Independência, em 1980, cinco anos depois de ter sido escrito. Ela coincide com um dos momentos mais complicados de Angola independente: a guerra civil (1975-2002)²², que se deu em termos étnicos – kimbundo contra Ovimbundo – e em ideológicos – a UNITA maoísta (com apoio da África do Sul e dos EUA) e o MPLA marxista-lenista, aliado ao bloco comunista –, basicamente. Neste contexto, a publicação pode ser vista como uma interferência pacificadora. À divisão real do país, Pepetela opõe a memória da luta como forma de criar uma consciência nacional, de maneira que, após a libertação das amarras coloniais, o romance visa a interferir no problema referido por Appiah: “a falta” de uma comunidade nacional “na África subsariana” no momento das independências.

²⁰ Cabinda, província de Angola.

²¹ PEPETELA. *Mayombe ... op. cit.* p. 248.

²² Em “A parábola do cágado velho”, Pepetela discute esse momento histórico de Angola. Ver PEPETELA. *Parábola do cágado velho*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005.

Em Lueji: o nascimento de um império, publicado em 1986, Pepetela continuou a interferir nas questões do tribalismo e da consciência nacional. Se em *Mayombe* recorre à história e a experiência da guerra anticolonial como bases para sua narrativa, agora ele lança mão do mito. É por esse viés que retoma e atualiza o mito que conta que a maioria dos povos que habitam o atual território angolano possuiria uma origem comum: o império Lunda²³. Como fez no livro anterior, Pepetela mantém a multiplicidade de vozes narrativas em Lueji, mas construindo, agora, um enredo fendido, em que duas histórias oscilam, se intercalam, se completam. Essa sobreposição ocorre em todos os níveis da narrativa, de maneira que o tempo cronológico – como no mito – parece não existir. A rainha Lunda e a bailarina Lu se fundem numa mesma pessoa, como o tempo e a ordem das coisas na ritualização do mito: “Por queres um mbambi, vais perder muitos songues, tinha dito o adivinho a Lueji. Também ela, Lu?”²⁴

Parte da história ocorre no Império Lunda, por volta de 1600; parte se passa no futuro, no ano 2000 (Pepetela escreveu em 1985). Aquela conta a história da rainha Lunda, que foi entronizada por seu pai Kondi, Imperador Lunda, preterindo seus irmãos: Tchinguri (primogênito) e Chinyama, após uma tentativa frustrada de parricídio. Dessa maneira, ela enfrentará a rivalidade deles, sobretudo a do sucessor direto que, acreditando na tradição que lhe assegurava o trono, irá entrar na disputa por ele. Essa guerra entre irmãos, uma das temáticas centrais do livro, vai levar à separação dos povos que viviam sob o império Lunda e, conseqüentemente, no contexto da narrativa, ao início das rivalidades étnicas, a base do chamado tribalismo. Como se pode ler pela narrativa de Tchinguri:

Filho de Kondi, herdeiro legítimo do trono de Lunda pela linha directa dos meus avós, ascendendo até Tchyanza Ngombe, a grande serpente criadora da Terra e do Céu [...]. Eis que me nasceram, eu, Tchinguri, e compreendi esse grande chefe só podia ser eu, que tinha coragem de afrontar os Tubungo com as suas próprias armas e não o meu pai, Kondi, um velho fraco [...]. E entregam o poder a essa criança da Lueji, adorável mas uma criança e uma mulher, se uma objecção não bastasse.²⁵

A outra metade do enredo ocorre no ano 2000. É a história de Lu (que o leitor descobre se chamar Lueji), uma bailarina que enfrenta, com seu amigo e companheiro de dança Uli, dificuldades para organizar um

²³ MUNANGA, Kabenguele. “Origem e histórico do quilombo na África”. *Revista USP*. São Paulo, 28, 56-63, 2001.

²⁴ Mbambi: espécie de iguana. Songues: antílope.

²⁵ PEPETELA. *Lueji... op. cit.* p. 71-73.

espetáculo de dança que represente a identidade angolana. Conseguem superar estes empecilhos quando decidem recontar, coreograficamente, a história da rainha Lunda, Lueji, e o mito de origem comum de todos os povos do território atual de Angola. Para tanto, convidam um escritor frustrado e um compositor de sucesso, que também estão em crise na criação artística. De modo que, ao transporem esse período de crise pessoal – através da produção teatral –, abrem brechas para a superação de outra, no nível coletivo – a guerra civil que o país atravessava. Ao se empenharem na concepção de uma arte (dança) e tema (mito de origem) nacionais, seus talentos recuperam o frescor e seus problemas são solucionados através do espetáculo que criam.

O trabalho preparatório estava pronto. Lu nem queria acreditar. Tudo tinha corrido bem demais. O roteiro terminado, muito modificado, por vezes em função da música, por vezes pelas exigências da coreografia. [...] A música ia sendo preparada progressivamente, apesar de toda composta. Mas havia que ensaiar e gravar. O essencial já gravado suficiente para se começar com os ensaios. [...] Lu agora só tinha de se preocupar com sua actuação, preparar o corpo para o tremendo esforço exigido, pois Lueji era o personagem principal e dominava praticamente todo o espetáculo.²⁶

Dando continuidade ao projeto anterior, superar o tribalismo e a divisão étnica através da recriação, Pepetela atualiza e projeta o futuro pelo viés do mito de origem, num dos momentos de maior acirramento da guerra civil angolana, quando a nação, pela qual lutou sua geração, ameaçava deixar de existir. A atualização desse mito é uma forma de suplantar os conflitos do presente através da referência ao mito de origem comum, por assim dizer. Situação que as amigas e companheiras de apartamento, Lu e Marina, vivem, pois acreditam que são “irmãs” ou “primas em centésimo grau...” e não inimigas, por serem de etnias “diferentes”:

– Se as estórias forem verdadeiras... Quem pode saber? Seríamos primas em centésimo grau... Lueji e Tchinguri viveram há mais de quatrocentos anos. O Herculano diz que todos os lundas se consideram descendentes de Lueji. Da mesma maneira os Imbangala se consideram de Kinguri ou Tchinguri. Que são mitos de formação das etnias.
– Quem é esse Herculano?
– Um historiador meu amigo – disse Lu.
– Deve ser um chato, armado de espírito europeu. Somos mesmo irmãs, à boa maneira africana.²⁷

²⁶ *Idem*, p. 383.

²⁷ *Ibidem*, p. 45.

Vale lembrar, como fala Kabengele Munanga²⁸, que o mito de origem comum dos povos de Angola deve ser visto como a tentativa de criar uma comunidade de experiência, origem e futuro comum para a população, ancorada numa temporalidade, como se pode ver pelo tratamento que Pepetela dá ao seu romance *Lueji*. Para o leitor de 1986, o passado (Império Lunda) e o futuro (Angola no ano 2000) são intercambiáveis, de maneira que a narrativa ziguezagueia e funde a aprendizagem da Rainha Lunda e da bailarina Lu, ambas tentando criar um espírito de unificação. Esse “efeito” do ir e vir temporal cria a ideia de que a nação tem uma origem que se perde no tempo (porque o tempo do Império Lunda está marcado pela imprecisão cronológica) e se projeta para o futuro, quando Lu, Uli e seus amigos artistas revivem a unidade nacional através da teatralização da origem comum. Ou, parafraseando Benedict Anderson²⁹, todo mito nacional se relaciona com a antiguidade e a eternidade da Nação, projetando para essa atemporalidade seu modelo, exemplo e imaginário. Ademais, ao ser evocado pelo escritor angolano, reafirma os projetos de unidade nacional, ao buscar a superação, simbolicamente, do tribalismo e da Guerra Civil; ainda que como produto de ficcionalidade seja complexo em seus sentidos.

Se se pudesse marcar a obra de Pepetela por fases, poder-se-ia dizer que *Mayombe*, *Lueji* e *As aventuras de Ngunga*³⁰ constituem o desejo de superar as tradições negativas e de criar o *homem novo*, objetivando, por primeiro, a efetivação da libertação colonial e depois a “criação” de uma consciência nacional para Angola. Porém, depois da queda do bloco soviético em 1989 e de todas as configurações advindas desse fato, Pepetela redimensiona sua compreensão de nação e o lugar que os diferentes grupos étnicos podem e devem ocupar nela, produzindo um pensar diferente sobre o modelo imaginário, por assim dizer.

A geração da utopia: a re-visão do projeto nacional

Último romance de Pepetela a ser discutido por esse breve artigo, *A geração da utopia*, publicado em 1992, revê e reconta a “história” daqueles que se engajaram na luta pela independência e pela construção

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ MUNANGA, Kabenguele. Origem e histórico... *op. cit.*

³⁰ A respeito de *As aventuras de Ngunga*, ver: MELO, Márcio Araújo de e RAMOS, Dornival Venâncio “Educação e Revolução em Angola: *As aventuras de Ngunga* de Pepetela”. In: RAMOS, Dornival Venâncio; ANDRADE, Karylleila dos Santos; PINHO, Maria José de (Orgs). *Ensino de Língua e literatura: reflexões e perspectivas interdisciplinares*. Campinas: Mercado das Letras. prelo.

da consciência nacional em Angola. Para tanto, como nas outras narrativas, a história não faz parte apenas do cenário, ela é o próprio material constitutivo do enredo. Ademais, ao optar por tal vínculo historiográfico, Pepetela transpõe o lugar de observador passivo, para assumir “como alguém que não só a vivenciou, como ajudou a construí-la. Ele faz parte dessa geração que, ao tomar a História nas mãos, dela se fizeram sujeito e não mais objeto”.³¹

Desenvolvendo-se em quatro capítulos – “A Casa (1961)”; “A Chana (1972)”; “O Polvo (1982)” e, por último, “O Templo (a partir de julho de 1991)” –, *A geração da utopia* cobre quarenta anos na vida das personagens, Sara, Aníbal, Malongo e Vítor. A narrativa começa quando eles se engajam no projeto de independência proposto por Mário Pinto de Andrade³² e o MPLA, fechando-se logo após a queda do muro de Berlim e a democratização do país, com o fim do regime comunista angolano. É interessante dizer que ao seu final, o romance – como nas outras obras analisadas – mostra o longo caminho de enfrentamentos que as personagens têm com o processo de independência e pós-independência de Angola. Pode-se dizer que, nessa luta diante da realidade colonial, os quatro amigos se dividiram em dois grupos: Vítor e Malongo, por um lado; Sara e Aníbal, por outro, ainda que de maneira geral.

Em poucas palavras, é possível afirmar que Vítor, em meio ao confronto pela libertação, se desencanta com o projeto coletivo e passa a lutar apenas por benefício próprio. Malongo, ajudado por ele, que se torna Ministro de Estado depois da independência, desenvolverá um lucrativo tráfico de influências. Sara, como médica, depois da independência, retorna para Angola, sempre procurando se engajar em projetos que melhorarem as condições de vida da população dos musseques³³. Aníbal, por outro lado, desencantado com os rumos que tomaram o ideal inicial, se isola numa praia deserta e de lá tece suas ferozes críticas às práticas dos seus antigos companheiros de armas, como Vítor. Como intelectual do grupo, porém, seu exílio é metafórico³⁴. Afastado do poder, ele fornece ao leitor uma avaliação mais clara sobre os problemas de Angola pós-independência.

Por esse olhar, é forçoso dizer que no romance Aníbal seria o maior representante da renovação, visto que suas análises sobre a nação

³¹ ABLAS, Maria de Nazaré Ordonez de Souza. “A geração da utopia”. In: VIA ATLÂNTICA. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Universidade de São Paulo – n. 4, 2000, pp. 258-263.

³² Mário Pinto de Andrade foi um dos fundadores do MPLA.

³³ Bairro periférico; bairro de lata; favela.

³⁴ Ver SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. As conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

e o fracasso do projeto nacional inicial recebem suas maiores críticas. Como historiador, ele introduz uma perspectiva temporal histórica – e não mítica como em *Lueji* – que permite perceber outros elementos que dificultaram a construção de um modelo de nação. Assim, ao tribalismo, que parecia a Pepetela o centro dos problemas nacionais nas obras anteriores, é agregado ao que poderia ser chamado com, Margarita Serje³⁵, de projeto colonialista interno. Ou seja, as elites urbanas reproduziram o discurso e as práticas do colonizador português sobre as lideranças tradicionais, que foram inscritas pelo colonizador e pelas elites urbanas como bárbaras. Isso foi, para Aníbal, tão importante para o fracasso da nação, pois, foi uma das causas do tribalismo. É o que se vê quando – ao retornar para Luanda após a democratização e o fim da guerra civil – entra num debate político com sua amiga Sara, em que o ponto principal parece ser certo “mea culpa” de um projeto falido de nação.

– Para falar a verdade, o mal vem de muitos atrás. Este país teve uma elite intelectual de causar inveja a qualquer país africano. Elite cidadina, transitando tranquilamente da cultura europeia para a africana, acasalando-as com sucesso, num processo que vinha de séculos. Elite que nunca soube aliar-se às elites rurais, tradicionais. No século passado, isso foi a causa do fracasso de diferentes tentativas de autonomização. Porque, quando o poder colonial atacava os poderes tradicionais, essa elite saudava as guerras de conquista como portadoras de progresso, porque novos territórios lhe davam mais oportunidades de negócios e de cargos administrativos, sem compreender que assim se estava a enfraquecer a si própria. E depois, neste século, apesar de muita conversa sobre a ligação com o campo, a elite urbana continuou egoisticamente só, considerando-se superior ao resto do país. Daí a chamada divisão do nacionalismo angolano, que acabou por se manifestar nesta guerra civil, que ninguém queria considerar como tal. Não digo que o erro esteja só do nosso lado. Mas éramos os mais conscientes, os mais abertos ao progresso, por isso com mais responsabilidade de dar o passa decisivo para chamar os outros às nossas posições.³⁶

Entretanto, se visto por outra lógica, a fala de Aníbal é uma retomada, ainda que em dimensão diferente, da formação política que tantas personagens de Pepetela pronunciaram ao longo de suas narrativas: Professor União (*As aventuras de Ngungá*); Comandante Sem Medo (*Mayombe*); o historiador Herculano (*Lueji*), dentre outras. O caráter inconclusivo do sonho da unificação nacional – ainda que amargurado nos erros de gerações – tem uma “última possibilidade”, o “talvez” do soldado Teoria. Como se vê na conclusão da discussão dos amigos:

³⁵ SERJE, Margarita. *El Revés de la Nación: Territorios Salvajes, Fronteras y Terras de Nadie*. Bogotá: UNIANDES/CECO, 2005.

³⁶ *Idem*, p. 362.

– Claro. Há duas Angolas, elas se defrontaram. Duas Angolas provenientes dessa cisão da elite, a urbana e a tradicional. Isto de forma grosseira, é evidente, porque sempre houve pontos de passagens entre os diferentes sectores. Felizmente nesta guerra houve um empate, nenhuma destruiu a outra. Mas continua a haver duas Angolas. Temos de tapar esse fosso, voltar a criar as pontes. Ora, não é com partidos que se consegue encher o fosso. Os partidos são feitos para dividir, não unir. Só uma ideia suprapartidária de Nação.³⁷

Não há resposta para o que poderia “tapar esse fosso” e “criar as pontes” necessárias, bem como o que formaria a “ideia suprapartidária de Nação”, de forma que as certezas ficaram na ilusão do passado. Ademais interessa anunciar que uma possibilidade se abre, ainda que no nível da utopia.

É desse ponto de vista que *A geração da utopia* não fornece uma solução simbólica para os problemas como as outras obras. No entanto, como se percebeu, expõe que o único caminho possível seria renovar o projeto nacional sobre outras bases, agora não nomeadas, no entanto. É o que significa, por exemplo, o uso da palavra “Portanto” no início e no final do texto:

Portanto, só os ciclos eram eternos.

(Na prova oral de Aptidão à Faculdade de Letras, em Lisboa, o examinador fez uma pergunta ao futuro escritor. Este respondeu hesitantemente, iniciando com um portanto. De onde é o senhor?, perguntou o Professor, ao que o escritor respondeu de Angola. Logo vi que não sabia falar português; então desconhece que a palavra portanto só se utiliza como conclusão dum raciocínio? Assim mesmo, para pôr o examinado à vontade. Daí a raiva do autor que jurou um dia havia de escrever um livro iniciando por essa palavra. Promessa cumprida. E depois desse parêntesis, revelador de saudável rancor de trinta anos, esconde-se definitivamente e prudentemente o autor.³⁸

Epílogo

Como é óbvio, não pode existir epílogo nem ponto final para uma estória que começa por portanto³⁹

De início o estranhamento com “portanto” abrindo e fechando a narrativa, bem como a falta de um ponto final no Epílogo seria as marcas mais pontuadas de imediato. Ademais, na língua portuguesa “bem falada”, a conjunção “portanto” é usada para concluir um raciocínio, como explica o Professor. No entanto, no português de Angola, esta palavra

³⁷ PEPETELA. *A geração da ... op. cit.* p. 364.

³⁸ *Idem*, p. 09.

³⁹ *Ibidem*, p. 376.

também inicia um enunciado ou raciocínio. Das tantas possibilidades que se abrem, menciona-se pelo menos que Pepetela joga com os dois sentidos de “portanto”. No início do livro, significaria conclusão, uma avaliação do fracasso do projeto inicial de nação, e no final, “reinício”, re-fundação do projeto nacional agora sobre outras bases: “os ciclos eram eternos”.

Esse movimento circular, forçosamente, não teria sentidos apenas para o combate às tradições negativas, incluindo o tribalismo, mas, de modo central, à tentativa de criar uma ideia de Nação que leve em consideração a cultura do interior e as chefias tradicionais, ponte que Aníbal, o Sábio, diz ser necessária construir. Tal projeto deve, de antemão, incluir sem destituir a diferença, pois é da nação plural e democrática que não se pode colocar um ponto final, no máximo: “ciclos eternos”. É o que parece ficar entreaberto ao final da narrativa, quando os jovens começam a criar grupos de discussão democráticos, públicos, independentes de qualquer outra afinidade política, ideologia ou cultural. Tem-se a sugestão de Aníbal – uma ideia suprapartidária de Nação – sendo germinada por outra geração, portanto.

Considerações finais

Como artefatos culturais centrais na construção das nações europeias modernas, os romances, como mostra Benedict Anderson⁴⁰, assumiram o papel de “imaginar” – no sentido de criar – a nação, bem como reproduzir e reatualizar a comunidade nacional tal como é imaginada. No caso de Angola, ao que tudo indica não foi diferente, a tomada do poder pelo MPLA e a guerra civil tornaram urgente a criação de um sentido de comunidade nacional.

Por essa chave de leitura possível que se refletiu sobre os três romances de Pepetela, pois, mais que críticas e esperança de um projeto nacional, são performances, que instauram simbolicamente a nação que eles descrevem. A identificação do tribalismo e a possibilidade de sua superação pela luta, bem como pela criação de uma imagem de origem comum das várias “tribos” são formas de naturalizar a existência de Angola enquanto entidade política supraétnica.

Para finalizar essa breve reflexão, ainda vale expor que qualquer cotejamento entre História e Literatura corre os riscos do esforço de trabalhar com disciplinas que lidam com os limites do narrar. E, para mais, ao colocar como material de análise os livros do escritor angolano

⁴⁰ *Ibidem*.

Pepetela, tem-se de imediato a devida complexidade de um texto literário, em que os sentidos estão soltos e, por isso mesmo, prontos para novas significações. Ademais, o momento de suas publicações e a utilização de um rico material historiográfico nas suas tessituras entreveem esses lugares.

Por outro lado, é importante marcar que – no fio condutor dessas histórias – os narradores vacilam na busca pela certeza, se deparando sempre com caminhos moventes e sinuosos das verdades: “Numa terra de muitas verdades, está é tão verdadeira como as outras”.⁴¹ Assim, também para a relação entre História e Literatura, bem como para o olhar dado por este artigo, essa “terra de muitas verdades” funciona como metáfora. “Portanto”, não há como determinar o caminho, “os ciclos são eternos”.

⁴¹ PEPETELA. *Lueji... op. cit.* p. 76.